

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Apresentação:** Em cumprimento às disposições legais, a Administração da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao primeiro semestre de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** No semestre findo em 30 de junho de 2025 a Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. apresentou um lucro líquido de R\$ 274.287, principalmente, em função do aumento de rendas de taxa de administração. Conforme contrato social da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., os lucros terão a destinação que lhes for dado pelos quotistas. A distribuição de lucros

poderá ser feita sem obediência à participação dos quotistas no capital próprio. Além da distribuição de lucros mencionada acima, a empresa poderá ainda, a qualquer momento, declarar pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação em vigor.

A empresa por deliberação dos quotistas, poderá levantar balanço intermediário e distribuir entre eles o lucro então apurado, assim como distribuir lucros acumulados.

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente nas demonstrações financeiras da controladora Honda Motor Co., Ltd.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025**

(Em milhares de reais)

ATIVO			PASSIVO		
	Nota Explicativa	2025		Nota Explicativa	2025
<b>Circulante</b> .....		<b>1.272.514</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>893.973</b>
Caixa e equivalente de caixa.....		83.186	<b>Outros passivos</b> .....		<b>893.973</b>
<b>Disponibilidades</b> .....		<b>130</b>	<b>Provisões</b> .....		<b>27.337</b>
Depósitos bancários.....	(4)	130	Provisões para contingências.....	(12)	27.337
<b>Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado</b> .....		<b>83.056</b>	<b>Outras obrigações</b> .....		<b>866.636</b>
Títulos e valores mobiliários.....		83.056	Fiscais e previdenciárias.....		185.411
Títulos de renda fixa.....	(4)	83.056	Recursos a devolver - grupos encerrados.....	(11)	127.811
<b>Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado</b> .....		<b>465.410</b>	Rendas antecipadas.....	(13)	437.483
Títulos e valores mobiliários.....		465.410	Diversos.....	(14)	115.931
Títulos de renda fixa.....	(5)	465.410	<b>Exigível a longo prazo</b> .....		<b>755.187</b>
<b>Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado</b> .....		<b>26.920</b>	<b>Outros passivos</b> .....		<b>755.187</b>
Rendas a receber.....	(6)	22.043	<b>Passivo fiscal diferido</b> .....		<b>104.940</b>
Diversos.....		4.877	Passivo Fiscal Diferido.....	(15d)	104.940
<b>Outros créditos</b> .....		<b>696.998</b>	<b>Provisões</b> .....		<b>16.775</b>
Despesas antecipadas.....		477.413	Provisões para contingências.....	(12)	16.775
Impostos a compensar.....		170.367	<b>Outras obrigações</b> .....		<b>633.472</b>
Impostos a diferir.....	(7)	49.218	Rendas antecipadas.....	(13)	633.472
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		<b>2.465.423</b>	<b>Patrimônio líquido</b> .....		<b>2.126.288</b>
<b>Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado</b> .....		<b>1.580.993</b>	Capital social de domiciliados no país.....		4.600
Títulos e valores mobiliários.....		1.580.993	Reserva Legal.....		920
Títulos de renda fixa.....	(5)	1.580.993	Lucros acumulados.....		2.120.768
<b>Créditos tributários</b> .....		<b>42.320</b>			
Créditos tributários.....	(15c)	42.320			
<b>Outros créditos</b> .....		<b>842.110</b>			
Despesas antecipadas.....	(8)	769.908			
Depósitos judiciais.....		937			
Impostos a diferir.....	(7)	71.265			
<b>Permanente</b> .....		<b>37.511</b>			
Imobilizado.....	(9)	5.195			
Intangível.....	(10)	32.316			
<b>Total do ativo</b> .....		<b>3.775.448</b>	<b>Total do passivo</b> .....		<b>3.775.448</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	4.600	920	2.076.481	2.082.001
Lucro líquido do semestre.....	-	-	274.287	274.287
Distribuição de lucros.....	-	-	(230.000)	(230.000)
<b>Saldos em 30 de junho de 2025.....</b>	<b>4.600</b>	<b>920</b>	<b>2.120.768</b>	<b>2.126.288</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por quota do capital social)

	Nota Explicativa	Junho 2025
<b>Receita de títulos e valores mobiliários</b> .....		<b>146.288</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	(18)	146.288
<b>Receitas de prestação de serviços</b> .....		<b>1.168.682</b>
Rendas de taxa de administração de consórcios.....		1.168.682
<b>Outras (despesas)/receitas operacionais</b> .....		<b>(901.964)</b>
Despesas administrativas.....	(20b)	(870.949)
Despesas com pessoal.....		(2.855)
Despesas tributárias.....	(19)	(142.466)
Outras despesas operacionais.....	(20d)	(14.756)
Outras receitas operacionais.....	(20c)	129.062
<b>Resultado operacional</b> .....		<b>413.006</b>
<b>Resultado não operacional</b> .....		<b>1.109</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b> .....		<b>414.115</b>
Imposto de renda.....	(15a)	(120.418)
Contribuição social.....	(15a)	(43.371)
Impostos diferidos.....	(15b)	23.961
<b>Lucro líquido do semestre</b> .....		<b>274.287</b>
<b>Lucro líquido por quota - R\$</b> .....		<b>59,63</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
MÉTODO INDIRETO**

**SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025**

(Em milhares de reais)

	Junho 2025
<b>Lucro antes dos impostos do semestre ajustado</b> .....	<b>185.356</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro.....	414.115
Depreciações e amortizações.....	4.251
Baixa de imobilizado/intangível de uso.....	252
Despesas com provisões contingentes.....	2.907
(Rendas) / despesas em títulos e valores mobiliários.....	(62.525)
Resultado diferido.....	(173.644)
<b>Variação de ativos e obrigações</b> .....	<b>100.978</b>
(Aumento) / redução em títulos e valores mobiliários.....	(7.029)
(Aumento) / redução em outros créditos.....	33.745
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(128.076)
(Aumento) / redução Imposto de renda retido na fonte.....	(16.064)
Aumento / (redução) em outras obrigações.....	(327.019)
(Aumento) / redução em outros valores e bens.....	545.421
<b>Atividades operacionais</b> .....	<b>286.334</b>
Aquisição de imobilizado de uso.....	(1.415)
Aplicação de intangível de uso.....	(6.296)
<b>Atividades de investimentos</b> .....	<b>(7.711)</b>
Distribuição de Lucros.....	(230.000)
<b>Atividades de financiamentos</b> .....	<b>(230.000)</b>
<b>Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b> .....	<b>48.623</b>
Saldo de caixa e equivalentes no início do período.....	34.563
Saldo de caixa e equivalentes no final do período.....	83.186
<b>Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b> .....	<b>48.623</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES  
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025  
(Em milhares de reais)**

Lucro do semestre.....	Junho 2025
Resultado abrangente total.....	274.287
	274.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO  
EM 30 DE JUNHO DE 2025  
(Em milhares de reais)**

ATIVO			PASSIVO		
	Notas Explicativas	2025		Notas Explicativas	2025
<b>Circulante</b> .....		<b>8.720.889</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>8.720.889</b>
Disponibilidades.....		2.484	<b>Outras obrigações</b> .....		<b>8.720.889</b>
Aplicações financeiras.....	ii.I	3.182.024	Obrigações com consorciados.....	ii.III	4.375.992
<b>Outros créditos</b> .....		<b>5.536.381</b>	Valores a repassar.....	ii.III	272.684
Direito junto a consorciado contemplado.....	ii.II	5.536.381	Obrigações por contemplação a entregar.....	ii.III	1.936.703
<b>Compensação</b> .....		<b>43.170.444</b>	Obrigações com a Administradora.....	ii.III	4.841
Previsão mensal de recursos a receber			Recursos a devolver aos consorciados desligados.....	ii.III	1.318.909
de consorciados.....	ii.IV	764.378	Recursos do grupo.....	ii.III	811.760
Contribuições devidas ao grupo.....	ii.V	22.342.795	<b>Compensação</b> .....		<b>43.170.444</b>
Valor dos bens ou serviços a contemplar.....	ii.V	20.063.271	Recursos mensais a receber de consorciados.....	ii.IV	764.378
<b>Total geral do ativo</b> .....		<b>51.891.333</b>	Obrigações dos grupos por contribuições.....	ii.V	22.342.795
			Bens ou serviços a contemplar - valor.....	ii.V	20.063.271
			<b>Total geral do passivo</b> .....		<b>51.891.333</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS  
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025  
(Em milhares de reais)**

	Notas Explicativas	1º Semestre 2025
<b>Disponibilidades no início do semestre</b> .....		<b>3.244.906</b>
Disponibilidades.....		10.145
Aplicações financeiras dos grupos.....		1.073.612
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação.....		2.161.149
<b>Recursos coletados</b> .....	ii.VI	<b>6.952.227</b>
Contribuições para aquisição de bens.....		4.887.849
Taxa de administração.....		1.242.395
Contribuição ao fundo de reserva.....		258.896
Rendimentos de aplicações financeiras.....		143.753
Multas e juros moratórios.....		14.066
Prêmios de seguros.....		253.621
Outros.....		151.647
<b>Recursos utilizados</b> .....	ii.VI	<b>(7.012.625)</b>
Aquisição de bens.....		(4.995.233)
Taxa de administração.....		(1.242.396)
Multas e juros moratórios.....		(7.036)
Prêmios de seguros.....		(254.454)
Devolução a consorciados desligados.....		(154.303)
Outros.....		(359.203)
<b>Disponibilidades no final do semestre</b> .....		<b>3.184.508</b>
Disponibilidades.....		2.485
Aplicações financeiras dos grupos.....	20.a	1.245.320
Aplicações financeiras vinculadas à contemplação.....	20.a	1.936.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
(Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**

A Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo social a constituição e administração de grupos de consórcio. Iniciou suas atividades em 1981, administrando grupos para aquisição de bens e produtos da marca Honda.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Legislação Societária nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, levando em consideração as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN até o momento e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo BACEN.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial. A Administradora optou pela isenção facultada pela norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de agosto de 2025.

**3. Principais práticas contábeis da administradora e dos grupos de consórcio**

Em novembro de 2023, foi publicada a Resolução BCB nº 352/2023, que estabelece novas regras contábeis para a classificação, mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

A nova resolução substitui normativos anteriores do Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução CMN nº 2.682/1999, que estabelecia a metodologia para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e as Circulares BCB nº 3.068/2001 e nº 3.082/2003, aplicáveis à contabilização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

A resolução BCB nº 352/23 estabelece às instituições financeiras avaliarem seus instrumentos financeiros e as classifiquem e mensurem conforme as regras de negócio de instrumento para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições

mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

**Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas**

Não tivemos impactos estimados dos novos normativos frente as demonstrações financeiras na data-base de 31/12/2024 conforme quadro abaixo:

	31/12/2024				01/01/2025	
	Saldo Publicado	Transferências/Reclassificações	Remensurações	Classificação	Saldo Inicial	Info. Suplementar
<b>Ativo</b>						
<b>Disponibilidades</b> .....	195	-	-	-	195	
<b>Títulos e Valores</b>						
<b>Mobiliários</b> .....	2.011.218	-	-	VJR	2.011.218	
Rendas a receber.....	27.359	-	-	CA	27.359	
Diversos.....	59	-	-	CA	59	
<b>Outros créditos</b> .....	1.314.328	-	-	-	1.314.328	
<b>Créditos tributários</b> ...	30.215	-	-	-	30.215	
Permanente.....	34.304	-	-	-	34.304	
<b>Total do Ativo</b> .....	<b>3.417.678</b>	-	-	-	<b>3.417.678</b>	
	31/12/2024				01/01/2025	
					Saldo Inicial	Info. Suplementar
<b>Passivos</b>						
<b>Provisões</b> .....	41.205	-	-	-	41.205	
<b>Outras Obrigações</b> ....	1.177.675	-	-	-	1.177.675	
<b>Passivo Fiscal</b>						
Diferido.....	116.797	-	-	-	116.797	
Patrimônio Líquido.....	2.082.001	-	-	-	2.082.001	
<b>Total do Passivo</b> .....	<b>3.417.678</b>	-	-	-	<b>3.417.678</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 (Em milhares de reais)

**Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes**
**da adoção da Resolução BCB nº 352/23 - 31/12/2024** **2.082.001**

Efeito da adoção inicial Resolução BCB nº 352/23 -

**Patrimônio líquido após ajustes da Resolução BCB nº 352/23 - 01/01/2025** **2.082.001**
**Modelo Proposto da Resolução BCB nº 352/23 e normas correlatas**

Os principais aspectos que contém a nova normativa são:

**Classificação de Instrumentos Financeiros**

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "somente principal e juros" (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

**i) Custo Amortizado:** aplicável quando o modelo de negócios visa obter os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros.

**ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizado quando o modelo de negócios objetiva tanto a obtenção dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda dos ativos, desde que os fluxos de caixa sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

**iii) Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** adotado quando o modelo de negócios foca na negociação dos ativos ou quando os fluxos de caixa não correspondem apenas a pagamentos de principal e juros.

**(i) Da administradora**
**I. Ativos Financeiros**
**Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes ou que não atendam aos critérios estabelecidos no Teste de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros). Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

No cenário da Administradora, esta classe de ativo é composta por certificado de depósito bancário e cotas de fundos de investimentos, que são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo e a estratégia definida para esse instrumento financeiro tem por objetivo coletar os fluxos de caixa em período curto de prazo, independentemente do prazo do fundo. Portanto, a mensuração deste ativo é valor justo ao resultado.

**Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado**

Nesta categoria são incluídos os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

a) O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e

b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;

No cenário ativo da Administradora, incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por provisão para perdas associadas ao risco de crédito a cada data de balanço, quando aplicável.

**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A Resolução BCB nº 352/23 institui que um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito onde conforme o enquadramento segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para perda. Em razão de a Administradora estar enquadrada no segmento S4, a metodologia aplicada é a simplificada.

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, devem ser consideradas a perda incorrida dos instrumentos financeiros, conforme o tipo de carteira e os percentuais definidos pela resolução para operações adimplidas e inadimplidas, conforme orientação da Resolução BCB nº 352/23, art. 76.

Atualmente, as provisões são reconhecidas se, e somente se, existir evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos, como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e esse evento de perda tem um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros previstos do ativo que podem ser estimados de forma confiável.

Sob o padrão atual, as perdas incorridas são medidas através de informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados e condições atuais. De acordo com a Resolução BCB nº 352/23, as perdas deverão ser mensuradas através da aplicação dos fatores percentuais de perda incorrida, segregados aos tipos de carteira (C1 a C5) a serem contados a partir do inadimplimento. Adicionalmente, as Instituições Financeiras que adotam o modelo simplificado, deverão constituir, para as operações adimplidas e inadimplidas, provisão adicional, conforme expediente da referida Resolução, seguindo os critérios estabelecidos no anexo II desta Resolução.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado não apresentam histórico de inadimplência nem evidenciam exposição relevante ao risco de crédito. Não foram identificados sinais de deterioração na qualidade de crédito ou redução na capacidade de recuperação dos valores.

**Definição de Ativo Problemático**

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A Administradora possui valores a receber referente a taxa de administração dos grupos de consórcios. Esta taxa de administração se enquadra como um instrumento financeiro e é objeto de avaliação da perda esperada. Quando os modelos de perda indicarem que um ativo se torna problemático, sejam por aspectos qualitativos quanto quantitativos, o reconhecimento de receita é cessado.

**Baixa de Ativo Financeiro**

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/23, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

O critério de baixa definido pela Administradora, segue o mesmo modelo do Banco Honda S.A., sendo considerado o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor)

em doze meses (360 dias), sendo três meses de atraso mais nove meses até o lançamento à prejuízo.

**II. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado**

Conforme previsto na Resolução BCB nº 352/23, Artigo 9º, a Administradora deve classificar os passivos financeiros na categoria custo amortizado, exceto:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;

- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; e

- Contratos híbridos.

Levando em consideração os requerimentos técnicos trazidos pelo normativo e tendo em vista o portfólio de passivos financeiros da Administradora, conforme elencado acima, conclui-se que os passivos financeiros classificam-se como "Custo Amortizado". Isto pelo fato de a Administradora não possuir qualquer passivo financeiro sujeito às exceções para classificação como "Custo Amortizado" conforme definido pela Resolução BCB nº 352/23.

**III. Resultado das operações**

A receita de taxa de administração devida pelos participantes dos grupos de consórcio bem como a despesa de comissão decorrente de comercialização de cotas por terceiros, é apropriada ao resultado de acordo com o princípio da competência, refletindo a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado, conforme disposições da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, sendo que as despesas pagas e receitas recebidas antecipadamente são diferidas no resultado ao longo do prazo do contrato.

**IV. Estimativas contábeis**

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas contábeis incluem o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. As liquidações das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores diferentes dos estimados. A Administradora revisa as estimativas e premissas mensalmente.

**V. Outros Créditos**
**a. Créditos tributários**

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, a diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos seguindo a mesma premissa adotada na apuração do imposto de renda e contribuição social, conforme item VI. - "Passivos circulante e exigível a longo prazo", a seguir. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos.

**b. Ativos contingentes**

A Administradora não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. A Administradora não possuiu ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2025.

**c. Outros ativos**

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

**VI. Permanente**

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação de bens, calculada pelo método linear à taxa de 10% ao ano para móveis e utensílios e instalações e taxa de 20% ao ano equipamentos de informática, que contemporem uma vida útil e econômica dos bens;
- Intangível representado por *software*, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro e é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

**VII. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

É reconhecida a perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do semestre.

**VIII. Outros Passivos**
**a. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre;
- Contribuição social: 9% sobre o lucro tributário.

**b. Passivos contingentes e obrigações legais**

Os passivos contingentes são contabilizados com base nas informações dos assessores jurídicos, e no histórico de perdas referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente são devidamente provisionadas.

Os processos judiciais cujos riscos de perda foram classificados como possível por nossos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

**c. Outras Obrigações**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas.

**IX. Resultados recorrentes e não recorrentes**

As práticas contábeis para definição dos resultados recorrentes e não recorrentes foram efetuadas conforme Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a qual, define as prerrogativas de descrição e evidenciamento nas demonstrações financeiras das instituições. Assim, foram considerados os seguintes critérios para resultados não recorrentes:

- Não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- Não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

**(ii) Dos grupos de consórcio**
**I. Aplicações financeiras**

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos e incluí também os saldos dos grupos encerrados, aplicados segundo determinações do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum, fundo de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais)

reserva de cada grupo e aos créditos vinculados para a aquisição de bens.  
Os saldos das aplicações financeiras englobam os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados ao valor de mercado ou de realização quando aplicável.  
Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de um rateio diário, proporcional à participação de cada grupo no total das receitas.

Tipos de Grupos em 30 de junho de 2025:

	jun/2025
Quantidade de grupos ativos.....	3.431
Quantidade de grupos encerrados remanescentes .....	191

**II. Outros créditos**

Representam predominantemente os valores a receber de consorciados já contemplados, registrados pelos valores de realização.

**III. Outras obrigações**

Representam as obrigações dos grupos de consórcio registradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas quando aplicável como segue:

	jun/2025
Obrigações com consorciados .....	4.375.992
Valores a repassar.....	272.684
Obrigações por contemplações a entregar .....	1.936.703
Recursos a devolver aos consorciados .....	1.318.909
Recursos do Grupo .....	811.760
Outras obrigações com a Administradora .....	4.841

**IV. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados**

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados, inclusive os em atraso, para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras.

**V. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições e Valor dos bens ou serviços a contemplar**

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

O Valor dos bens ou serviços a contemplar correspondem aos valores dos créditos a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras.

**Informações de grupos:**

	jun/2025
Quantidade de grupos em andamento.....	3.622
Quantidade de bens entregues acumulados.....	1.213.011
Taxa inadimplência .....	12,11%
Quantidade cotas ativas acumuladas.....	2.311.573
Quantidade cotas canceladas acumuladas.....	2.198.827
Quantidade de bens pendentes de entrega acumulado.....	1.098.562

	jun/2025
Quantidade de bens entregues no período.....	262.627
Quantidade cotas subscritas e ativas no período.....	485.699
Quantidade cotas canceladas no período.....	452.553

**VI. Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos**

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

**Recursos coletados**

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio e os rendimentos financeiros decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é composto por:

- Valor do bem adquirido;
- Taxa de administração;
- Fundo de reserva;
- Seguro.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de duração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

**Recursos utilizados**

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para:

- Entrega de bem;
- Repasse de taxa de administração;
- Repasse de prêmio de seguro;
- Devoluções e distribuição de valores remanescentes de fundo de reserva.

**4. Caixa e equivalentes de caixa – Administradora**

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	jun/2025
<b>Disponibilidades</b>	
Contas correntes bancárias.....	130
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	
Certificados de depósito bancário.....	83.056
<b>Total</b> .....	<b>83.186</b>

Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**5. Títulos e valores mobiliários – Administradora**

Referem-se a certificados de depósitos bancários, com possibilidade de resgate antecipado e a aplicações em fundos de investimento em cotas de renda fixa, tendo como origem principalmente os recursos não procurados, conforme a seguinte disposição:

	jun/2025
<b>Certificados de depósito bancário.....</b>	<b>1.918.787</b>
De 91 a 180 dias .....	77.982
De 181 a 360 dias .....	387.428
Acima de 360 dias .....	1.453.377

Não existe diferença entre o valor justo divulgado e o valor do custo atualizado.

	jun/2025
<b>Cotas de fundo de investimento .....</b>	<b>127.616</b>
<b>Total</b> .....	<b>2.046.403</b>

**6. Rendas a receber**

	jun/2025
Composição das rendas a receber da Administradora:	
Taxa de administração.....	19.115
Outros valores a receber .....	2.928
<b>Total</b> .....	<b>22.043</b>

**7. Impostos a Diferir**

	jun/2025
Refere-se aos impostos sobre taxa de administração e comissão a diferir, conforme a seguir:	
ISS.....	21.419
COFINS.....	81.393
PIS.....	17.671
<b>Total</b> .....	<b>120.483</b>

**8. Despesas Antecipadas**

A composição das despesas antecipadas da Administradora está representada conforme a seguir:

	jun/2025
Comissões pagas a diferir .....	1.245.857
Outras despesas antecipadas .....	1.464
<b>Total</b> .....	<b>1.247.321</b>

**9. Imobilizado**

A composição e a movimentação do ativo imobilizado estão representadas conforme a seguir:

	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilizado em Curso	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2025</b> .....	-	1.156	368	3.141	-	4.665
Adições.....	320	211	-	390	494	1.415
Transferências .....	124	272	-	90	(487)	(1)
Baixas.....	-	-	(169)	(3)	(7)	(179)
Depreciação .....	(4)	(94)	(27)	(580)	-	(705)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b> .....	<b>440</b>	<b>1.545</b>	<b>172</b>	<b>3.038</b>	-	<b>5.195</b>

**10. Intangível**

A composição e a movimentação do ativo intangível estão representadas conforme a seguir:

	Software	Outros Intangíveis em Andamento	Licenças em Sistema	Direito de Uso	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2025</b> .....	<b>294</b>	<b>15.075</b>	<b>14.223</b>	<b>47</b>	<b>29.639</b>
Adições.....	-	6.296	-	-	6.296
Transferências .....	-	(5.982)	5.982	-	-
Baixas.....	-	(73)	-	-	(73)
Amortização .....	(43)	-	(3.476)	(27)	(3.546)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b> .....	<b>251</b>	<b>15.316</b>	<b>16.729</b>	<b>20</b>	<b>32.316</b>

**11. Recursos a devolver**

Refere-se essencialmente a recursos correspondentes a saldos não reclamados de cotistas de grupos encerrados contabilmente que passaram a ser geridos pela Administradora na forma disposta pela Circular nº 3.432/09 do BACEN e Lei 11.795/08. O saldo dos referidos recursos encontra-se aplicado em fundos de investimento.

	jun/2025
Grupos Encerrados Contabilmente .....	38.004
Saldos de Grupos Encerrados Contabilmente a Devolver .....	127.811

A partir de janeiro de 2022 os saldos a devolver para grupos encerrados contabilmente após início da Lei nº 11.795/2008 passaram a ser controlados em contas de compensação. Conforme a Resolução BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021, apenas os recursos não procurados dos grupos de consórcios encerrados antes de 2008, aplicados pela administradora de consórcios e que ainda não foram resgatados pelos consorciados, permanecem reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2025, o saldo de recursos não procurados registrados em contas de compensação correspondem a R\$ 224.882.

**12. Passivos contingentes e obrigações legais**

A Administradora possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e outros assuntos, como segue:

	jun/2025
Contingências cíveis.....	23.789
Contingências trabalhistas .....	39
Contingências fiscais.....	20.284
<b>Total das contingências</b> .....	<b>44.112</b>

**a. Movimentação dos processos**

	Saldo Inicial	Adição/Atualização	Jun/2025 Utilização	Reversão	Saldo final
Contingências cíveis (i) .....	24.086	8.638	(8.183)	(753)	23.788
Contingências Trabalhistas.....	97	3	(7)	(53)	40
Contingências fiscais (ii).....	17.022	3.262	-	-	20.284
<b>Saldos</b> .....	<b>41.205</b>	<b>11.903</b>	<b>(8.190)</b>	<b>(806)</b>	<b>44.112</b>

**(i) Contingências cíveis**

Referem-se a ações contrárias movidas contra a Administradora, que tem como objeto discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de consórcio, sendo em sua maior parte, do juizado especial cível, e, portanto, limitados a 40 salários mínimos.

**Causas possíveis**

A Administradora é parte passiva em processos cíveis que discutem a nulidade de determinadas cláusulas contratuais cujos riscos de perdas, classificados como possível, foram estimados em R\$ 143.715 em 30 de junho de 2025.

**(ii) Contingências fiscais**

Referem-se as ações tributárias movidas pela Administradora que tem como objeto discutir as bases de cálculo do PIS e COFINS.

**Causas possíveis**

A Administradora possui processos fiscais referente principalmente a cobrança de créditos sobre insumos descontados na apuração de PIS e COFINS, cujos riscos de perdas foram classificados como possível no valor de R\$ 161.592 em 30 de junho de 2025, sendo R\$ 160.569 discutidos na esfera administrativa e R\$ 1.023 em discussão na esfera judicial.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais)

**13. Rendas Antecipadas**

Refere-se a taxa de administração recebidas antecipadamente a diferir, conforme a seguir:

	<b>Jun/2025</b>
Taxa de Administração a Diferir.....	1.070.955
<b>Total .....</b>	<b>1.070.955</b>

**14. Outras obrigações - diversos**

Refere-se a valores a pagar para terceiros em sua maioria por serviços contratados, comissões e pagamentos para empresas do grupo Honda.

	<b>Jun/2025</b>
Contas a pagar.....	5.579
Provisão para pagamentos às concessionárias.....	79.396
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	18.242
Outras.....	12.713
<b>Total .....</b>	<b>115.931</b>

**15. Imposto de renda e contribuição social**

**a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social Semestre findo em 30/06/2025**

	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
<b>Resultado antes da tributação .....</b>	<b>414.115</b>	<b>414.115</b>
Adições:		
Contingências cíveis/trabalhistas .....	8.650	8.650
Contingências fiscais .....	3.252	3.252
Rendas antecipadas.....	116.809	116.809
Outras Adições.....	67.968	67.968
Exclusões:		
Contingências cíveis/trabalhistas .....	(8.996)	(8.996)
Contingências fiscais .....	-	-
Despesas antecipadas.....	(81.938)	(81.938)
Outras Exclusões .....	(34.219)	(34.219)
Valor base para tributação.....	485.641	485.641
Alíquota base.....	72.847	43.708
Alíquota adicional .....	48.552	-
Incentivo .....	(956)	(337)
PAT .....	(25)	-
<b>Impostos do semestre .....</b>	<b>120.418</b>	<b>43.371</b>

**b. Demonstrativo da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social jun/2025**

	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
IRPJ e CSLL devidos do semestre.....	120.418	43.371
Realização do crédito tributário diferido .....	201	72
Constituição do crédito tributário diferido .....	(17.819)	(6.415)
<b>Total do IRPJ e da CSLL do semestre .....</b>	<b>102.800</b>	<b>37.028</b>

A constituição dos créditos tributários e passivo fiscal diferido foram efetuadas com base nas receitas e despesas temporárias no período corrente.

O valor presente dos créditos tributários representa um montante de R\$ 35.709 e o passivo fiscal diferido um montante de R\$ 70.845 em 30 de junho de 2025, considerando-se a taxa Selic de 14,20% ao ano.

**c. Realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2025**

Imposto de renda	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
	Adições temporárias:						
Contingências.....	6.834	1.429	1.028	658	393	686	11.028
Provisão para pagamentos as concessionárias.....	19.829	-	-	-	-	-	19.829
Outros.....	227	34	-	-	-	-	261
<b>Total .....</b>	<b>26.890</b>	<b>1.463</b>	<b>1.028</b>	<b>658</b>	<b>393</b>	<b>686</b>	<b>31.118</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>	<b>Total</b>
Adições temporárias:							
Contingências.....	2.460	514	370	237	142	247	3.970
Provisão para pagamentos às concessionárias.....	7.138	-	-	-	-	-	7.138
Outros.....	82	12	-	-	-	-	94
<b>Total .....</b>	<b>9.680</b>	<b>526</b>	<b>370</b>	<b>237</b>	<b>142</b>	<b>247</b>	<b>11.202</b>
<b>Total de créditos tributários .....</b>	<b>36.570</b>	<b>1.989</b>	<b>1.398</b>	<b>895</b>	<b>535</b>	<b>933</b>	<b>42.320</b>
	87%	5%	3%	2%	1%	2%	100%

**d. Realização do passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2025**

Imposto de renda	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Adições temporárias:									
Resultado Diferido (15.310) (17.989) (13.460) (12.403) (9.337) (5.993) (2.647) (23) (77.162)									
<b>Contribuição Social</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>	<b>2031</b>	<b>2032</b>	<b>Total</b>
Adições temporárias:									
Resultado Diferido (5.512) (6.476) (4.845) (4.465) (3.361) (2.158) (953) (8) (27.778)									
<b>Total de passivo fiscal diferido (20.822) (24.465) (18.305) (16.868) (12.698) (8.151) (3.600) (31) (104.940)</b>									
	20%	23%	18%	16%	12%	8%	3%	0%	100%

As realizações do total de créditos tributários foram estimadas de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e passivo fiscal diferidos foram estimadas de acordo com a expectativa de desfechos das ações para contingências provisionadas e o reconhecimento do diferimento de receitas e despesas mediante a satisfação de obrigação de performance.

**16. Patrimônio líquido**

**a. Capital Social**

O capital social da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., está representado por quotas de R\$ 1,00 cada uma. A distribuição dos lucros é efetuada por decisão expressa dos quotistas na proporção de suas quotas.

Quantidade de Quotas do Capital Social .....	<b>jun/2025</b>
	4.600

**b. Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do Capital Social (Resolução BCB nº 66).

**c. Dividendos**

Conforme contrato social da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., os lucros terão a destinação que lhes for dado pelos sócios. A distribuição de lucros poderá ser feita sem obediência à participação dos sócios no capital próprio. Além da distribuição de lucros mencionada acima, a sociedade poderá ainda, a qualquer momento, declarar pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação em vigor.

A sociedade por deliberação dos sócios, poderá levantar balanço intermediário e distribuir entre eles o lucro então apurado, assim como distribuir lucros acumulados.

No semestre findo em 30 de junho de 2025 houve a distribuição de dividendos de R\$ 230.000.

**17. Transações com partes relacionadas**

a. A controladora direta da Administradora é a empresa Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis e aplicações CDB junto ao Banco Honda, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma controladora da empresa.

	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Receita (Despesa)</b>
<b>Moto Honda da Amazônia Ltda. (coligada) .....</b>	<b>(589)</b>	<b>(7.857)</b>
<b>Honda Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (coligada).....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Corretora de Seguros Honda Ltda.....</b>	<b>11</b>	<b>60</b>
<b>Honda Serviços Ltda. (coligada).....</b>	<b>(17.653)</b>	<b>(59.237)</b>
<b>Banco Honda S.A. (coligada).....</b>	<b>643.701</b>	<b>41.046</b>

**18. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários**

Composição das receitas de títulos e valores mobiliários da Administradora:

Certificados de depósito bancário.....	<b>jun/2025</b>
	123.187
Cotas de fundo investimento .....	23.101
<b>Total .....</b>	<b>146.288</b>

**19. Despesas Tributárias**

Composição das despesas tributárias da Administradora:

ISS.....	<b>jun/2025</b>
	(23.354)
COFINS.....	(97.338)
PIS.....	(21.712)
Outros.....	(62)
<b>Total .....</b>	<b>(142.466)</b>

**20. Outras informações**

a. As aplicações financeiras da demonstração consolidada dos recursos de consórcio referem-se a aplicações em fundos de investimento de renda fixa.

Saldo Aplicado de Grupos de Consórcio em Andamento .....	<b>jun/2025</b>
	3.182.024

**b. Composição das despesas administrativas da Administradora:**

<b>Despesas Serviços Terceiros .....</b>	<b>jun/2025</b>
	(782.495)
<b>Despesas Financeiras .....</b>	<b>(33.908)</b>
<b>Despesas Comunicações.....</b>	<b>(4.394)</b>
<b>Despesas Comerciais.....</b>	<b>(23.182)</b>
<b>Outras Despesas Administrativas.....</b>	<b>(26.970)</b>
<b>Total Despesas Administrativas.....</b>	<b>(870.949)</b>

**c. Composição de Outras Receitas Operacionais da Administradora:**

<b>Reversão de provisões .....</b>	<b>jun/2025</b>
	12.647
<b>Multa Compensatória .....</b>	<b>34.911</b>
<b>SIRCOF.....</b>	<b>81.450</b>
<b>Outros.....</b>	<b>54</b>
<b>Total Outras Receitas Operacionais .....</b>	<b>129.062</b>

**d. Composição de Outras Despesas Operacionais da Administradora:**

<b>Provisões ações cível .....</b>	<b>jun/2025</b>
	(8.638)
<b>Indenização ações contrárias.....</b>	<b>(2.926)</b>
<b>Outros.....</b>	<b>(3.192)</b>
<b>Total Outras Despesas Operacionais .....</b>	<b>(14.756)</b>

**e. Demais informações**

Durante o semestre de 30 de junho de 2025, a instituição não operou com saldos de instrumentos financeiros derivativos.

**f. Resultados recorrentes e não recorrentes**

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, para o semestre findo em 30 de junho de 2025, os resultados divulgados pela Administradora são recorrentes. Dessa forma, não houve resultados não recorrentes no semestre apresentado.

**g. Remuneração da Administração**

A Administradora não realiza pagamentos diretos de remuneração, fixa ou variável, aos membros da administração. Tais pagamentos são efetuados por outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, responsável pela gestão centralizada das políticas de remuneração. Dessa forma, não há registros de despesas relacionadas à remuneração da administração nas demonstrações financeiras da Administradora.

**A DIRETORIA**

Rodrigo Noboru Gondo - Diretor Presidente

Arata Ichinose - Diretor Executivo

Masaichi Kobayashi - Diretor

Fabio Luiz Lourenço Favaron - Diretor

**CONTADOR** - Wagner da Silva Pereira - CRC SP - 353482/O-1

**HONDA**  
Consórcio

**ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO  
NACIONAL HONDA LTDA.**

CNPJ: 45.441.789/0001-54  
Av. Senador Roberto Simonsen, 304 - Santo Antônio - São Caetano do Sul - SP

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Acionistas e Administradores da**

**Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. São Paulo - SP**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. ("Administradora" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, as demonstrações consolidadas de recursos de grupos de consórcios em 30 de junho de 2025 e das variações das disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. ("Administradora ou Instituição"), em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6

Mark Suda Yamashita  
Contador CRC SP- 1SP271754/O-9